



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo correspondente: Política Social, Seguridade Social e Proteção Social)

TEMPLATE - RESUMO EXPANDIDO – Apresentação PÔSTER

**Transplante de células tronco hematopoiéticas autólogo e
tratamento fora do domicílio no sus.**

Daniela Kedna Ferreira Lima¹
Carla Agada Gonçalves²

1. INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se de uma pesquisa de campo concluída, na qual, considerando o direito à saúde e a integralidade no SUS através do Tratamento Fora do Domicílio (TFD), se propôs à analisar sua efetivação na vida dos usuários que realizam o Transplante de Células Tronco Hematopoiéticas (TCTH) autólogo. Para tal, os objetivos foram identificar e analisar os desafios no acesso e permanência dos pacientes de (TCTH) alogênico na interface com o TFD. A Metodologia adotada nesta pesquisa foi a pesquisa qualitativa com dados quantitativos, analisada com base no materialismo histórico dialético. A pesquisa de campo foi submetida e aprovada no comitê de ética em pesquisa e teve como *lôcus* o Ambulatório de Hematologia de um Hospital Universitário de Goiânia-GO. Se deu por meio de entrevistas semiestruturadas com roteiro norteador. Foram entrevistados 04 (quatro) pacientes os quais realizaram o TCTH em um Hospital de Brasília-DF.

¹ Assistente social, Residente multiprofissional em saúde em Urgência e Emergência no Hospital das Clínicas HC-UFG/EBSERH Goiânia. Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão (2015). Especialização/Residência em Hematologia e Hemoterapia pela Universidade Federal de Goiás (2019). danylima_@hotmail.com.

² Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás(UFG) Regional Goiás. Doutora em Serviço Social (2013) e mestre em Serviço Social (2003), ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). carlaagdaufg@gmail.com.



2. DESENVOLVIMENTO

O TFD se apresenta como um direito no SUS instituído pela portaria nº 55/1999, porém sua tabela de referência dos valores de repasse financeiro encontram-se desatualizados se considerarmos a realidade social de quem usa este serviço do SUS. A cidade mais próxima de realização deste transplante, Brasília-DF, não conta com casas de apoio especializadas para atenderem as particularidades do paciente transplantado, nem transporte para unidade em Brasília, o que transfere para o usuário a responsabilidade de pagar um aluguel e seu transporte durante o pré e pós transplante, período que pode se estender em média de 01 à 03 meses, considerando que o reembolso previsto pelo TFD só é efetivado após os gastos comprovados e também não é pago o valor integral, seguindo os valores mínimos de referência da tabela Nacional firmada pela Portaria nº 55/99 (BRASIL,1999). Os usuários que realizaram o transplante, encontram impasses e desafios para permanecerem fora de suas casas, trabalho, dificuldades e barreiras sociais, geográficas e de acesso à unidade de saúde (FRANÇOIS, 2008). As condições estabelecidas para se ter êxito no transplante alogênico e sua recuperação, exigem destes pacientes algumas obrigаторiedades que por vezes estão distantes da realidade social e econômica das famílias.

3.RESULTADOS

Os resultados encontrados foram os de que o acesso e a permanência dos usuários que vão realizar transplante fora do seu domicílio se dá de forma fragmentada, as condições socioeconômicas, familiares e o suporte financeiro do SUS através do Tratamento Fora do Domicílio (TFD) apresenta-se incompatível com a demanda dos usuários.

4. CONCLUSÕES

As considerações apontam para necessidade de buscar alternativas e direcionamentos para tais problemas que possam superar esses impasses e desafios, contribuindo para a emancipação dos sujeitos, ampliação de direitos e garantias no âmbito da saúde, bem como contribuir para a construção, maturação e consolidação das políticas de Saúde Pública, considerando que a oferta do serviço não garante o acesso, é necessário que as políticas de saúde sejam elaboradas levando em conta a realidade dos usuários que irão acessá-las,



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

garantindo que sejam destinados financiamento adequado para atualização dos valores repassados que, no caso do TFD, não atendem as necessidades frequentes dos cidadãos.

REFERENCIAS:

BRASIL. **Portaria nº 55 de 24 de Fevereiro de 1999**. Dispõe sobre a rotina do Tratamento Fora de Domicilio no Sistema Único de Saúde - SUS, com inclusão dos procedimentos específicos na tabela de procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do SIA/SUS e dá outras providências. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1999/prt0055_24_02_1999.html>. Acesso em 28 de jun de 2018, Brasília-DF.

FRANÇOIS, André. **A curva e o caminho: acesso à saúde no Brasil**. São Paulo, ed. ImageMagica, 2008.